

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE XXXXX ESTADO DE XXXX.

(NOME DO REQUERENTE), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob nº (nº do CPF) e portador do RG nº (nº do RG), residente e domiciliado à (endereço completo, com cidade, estado e CEP), com endereço eletrônico (e-mail) e telefone (nº do telefone), por intermédio do seu advogado, (nome do advogado), inscrito na OAB/(UF) sob nº (nº da OAB), com domicílio profissional na cidade de (nome da Cidade), (endereço completo), que recebe intimações pelo e-mail (e-mail do advogado) e telefone (telefone do advogado), vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, em face de

(RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA OU NOME DA PESSOA FÍSICA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº (nº do CNPJ), estabelecida na (endereço completo), com endereço eletrônico (e-mail) e telefone (nº do telefone) [OU QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA PESSOA FÍSICA], pelos motivos e fundamentos a seguir alinhados:

DOS FATOS

A parte Requerente tomou conhecimento a despeito da cobrança de valores em seu nome pela parte Requerida, no dia (inserir a data da ciência da cobrança), através de (inserir forma de ciência da cobrança).

Desconhecendo a mencionada dívida, a parte procurou se informar sobre a origem do débito, em que, para sua surpresa, constatou que (contar todos os fatos descobertos pelo Autor ao pesquisar acerca da cobrança indevida, inclusive sua origem).

Por supor que se tratava de mero equívoco da parte Requerida, o Requerente buscou realizar contato imediato com a Empresa/pessoa física, todavia, não logrou qualquer êxito para com a solução amigável da demanda, conforme fazem prova os documentos anexos.

(nomear e descrever as provas juntadas)

Considerando o exposto, não restou alternativa ao Requerente a não ser a propositura da presente ação, para ver ilidido a obrigação que lhe foi imposta de forma arbitrária, ilegal e constrangedora, vez que em total dissonância da realidade, pleiteando, deste modo a culminação de indenização pelos danos morais sofridos.

DO DIREITO

A parte Requerida está cobrando dívida inexistente em face da parte Requerente, consubstanciada na suposta (indicar a origem do débito indicado pela Ré).

Ora Excelência, é cediço que houve falha na prestação do serviço ofertado pela Ré, que lançou de forma errônea o mencionando valor a ser debitado pela parte Requerente, o que culmina no dever de indenizar.

Nesse sentido, vejamos o que assevera o artigo 927 do Código Civil:

Artigo 927, CC. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

Imperioso também, colacionar os referidos artigos 186 e 187 do Código Civil:

Artigo 186 do CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Artigo 187 do CC. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

DA INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Inicialmente, oportuno que se pontue que a relação em debate possui natureza consumerista. Assim sendo, disciplina o artigo o artigo 6º do CDC, que são direitos básicos do consumidor:

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Desta forma, é imperioso que seja considerado em favor do Requerente todas as prerrogativas oriundas do CDC, tal como a noção de hipossuficiência, a inversão do ônus da prova, sobretudo frente a gravidade da ocorrência de ato ilícito contra o consumidor.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA RÉ

Conforme apontado nos fatos e corroborado pela documentação acostada, a parte Requerida causou manifesto constrangimento ao Requerente.

Repisa-se o fato de que a Ré em nenhum momento se mostrou disposta a solucionar o litígio, circunstância que agravou a extensão dos danos causados ao Requerente, que precisou recorrer ao Poder Judiciário para ver o seu direito material protegido.

Contempla o artigo 5º, incisos V e X da Constituição Federal, que é assegurado o direito de reposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem, outrossim, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.

Isto posto, temos que, sob qualquer ângulo que se lhe dê, denota-se a causa de ato ilícito pela Requerida, em prejuízo do Autor.

A responsabilidade jurídica desdobra-se em responsabilidade civil e penal, exigindo a acentuação dos seus caracteres diferenciais. Enquanto a primeira pretende reprimir o dano privado, restabelecendo o equilíbrio individual perturbado, a segunda visa a restabelecer o equilíbrio social igualmente atingido.

Além do que, vê-se que a responsabilidade civil apresenta duas espécies bem distintas, quais sejam: a responsabilidade extracontratual e a contratual. Essa deriva da inobservância, tácita ou expressa, das disposições inerentes a um instrumento contratual ou estatuto, o qual, por sua vez, poderá ser verbal ou escrito; ao passo que aquela surge, nas sábias palavras do professor Cretella Jr., (...) *“da ação ou omissão, dolosa ou culposa, cuja consequência seja a produção de um prejuízo, impondo ao seu agente a obrigação de reparar o dano causado a terceiro”*.

Outrossim, deduz-se que a responsabilidade civil arguida neste intento emana do ato ilícito imposto ao Requerente e do notório sofrimento psicológico sofrido, que ultrapassou a esfera dos aborrecimentos aceitáveis do cotidiano, caracterizando-se os requisitos fundamentais da culpa, o dano e o nexo causal, entre este e ação ou omissão da Requerida.

Intentando tornar mais cristalina a aludida obrigação indenizatória a ser incumbida a empresa Ré, analisar-se-á, com maior esmero, os elementos caracterizadores de sua responsabilidade civil subjetiva, a saber:

A Requerida cometeu ato ilícito nos seguintes aspectos:

(descrever cada um dos atos causadores de danos ao Requerente)

Nesse sentido ainda, tem sido o entendimento dos Tribunais:

(inserir jurisprudência)

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

a) seja julgada totalmente procedente a presente demanda, declarando a inexistência dos débitos imputados ao Requerente, condenando a Requerida ao pagamento de indenização, a título de danos morais, decorrentes do constrangimento e do sofrimento psíquico a que foi submetido, notadamente por (descrever pedido de dano moral).

O “quantum” indenizatório deve ser fixado pelo julgador, com fulcro nos critérios definidos pela Doutrina e pela Jurisprudência de nossos Tribunais, ou seja, levando em consideração a gravidade da ofensa, com proporcionalidade em relação ao sofrimento que foi submetido e o poder econômico do ofensor, de forma que cumpra o papel pedagógico de compelir o causador a não mais cometer as mesmas falhas.

b) seja determinada a citação da Requerido, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

c) o aprazamento da audiência de conciliação, nos termos do artigo 319, inciso VII, do CPC.

Por fim, requer o benefício da gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº. 1.060/50, por não possuir o Autor condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento, conforme declaração de hipossuficiência econômica em acoste (incluir esse pedido apenas se o Autor for pessoa pobre, nos termos da Lei).

Protesta pela inversão do ônus da prova, com base no artigo 6º, inciso VIII do CDC, bem como provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelos documentos colacionados, depoimento pessoal das partes, oitivas de testemunhas, sem prejuízo de quaisquer outros que se fizerem necessários no curso da instrução processual.

Dá-se a causa, para efeitos fiscais e legais, o valor de R\$ XXXXX (*escrever o valor por extenso*).

Termos em que, pede e espera deferimento.

(Local e data).

NOME DO ADVOGADO(A) POR EXTENSO

(nº da OAB/UF)